

Gros confia na prorrogação

por Maria Clara R. M. do Prado
de Brasília

O governo brasileiro deposita confiança na renovação automática das linhas de curto prazo que, por contrato firmado no ano passado, vencem em 31 deste mês. O presidente do Banco Central (BC), Francisco Gros, considera conveniente para todos — o Brasil de um lado e os bancos credores de outro — o entendimento informal extraído das conversas que teve em Miami, na terça-feira, pelo qual as linhas seriam renovadas por mais dois meses, até o final de maio.

Dois meses, segundo ele, é um prazo adequado para que o Brasil venha a sentar-se à mesa de negociações com os banqueiros na tentativa de buscar um novo acordo em torno do pagamento da sua dívida externa.

Gros não foi, no entanto, taxativo ao ser indagado sobre a disposição do Banco Central em manter, além do dia 31, o controle sobre as linhas de curto prazo introduzido no dia 23 de fevereiro. Esse controle passa pelo depósito efetuado pelo BC, no exterior, em conta aberta em nome do banco credor, sempre que houver a iniciativa da não renovação de uma linha dentro dos projetos "C" e "D" que tratam, respectivamente, do financiamento ao comércio e dos depósitos interbancários, junto a agências de bancos brasileiros no exterior.

"Várias alternativas estão em estudo, mas o importante é que desde o pri-



Francisco Gros

meiro momento ficou claro que as linhas seriam acompanhadas de perto e que tomariam as medidas necessárias para que funcionasse direito", disse ele ontem a este jornal.

Gros tem consciência do flanco que se abre, a partir da próxima terça-feira, quando os bancos credores das linhas de curto prazo passam a contar com um forte argumento para reivindicar, na Justiça, o pagamento do principal vendido, na medida em que o contrato estará, depois daquele dia, expirado. Atitudes como essa são, no entanto, repudiadas pelo presidente do BC: "Seria uma irresponsabilidade total, pois o Brasil é um país soberano que está propondo uma renegociação ponderada e sensata".

Como não existe um acordo formal, com compromisso assegurado por escrito, em contrato, o fato é que nada garante que todas as linhas sejam efetivamente roladas por mais

dois meses, depois do dia 31, e isso é particularmente possível em meio aos pequenos e médios bancos estrangeiros que não têm maiores interesses no Brasil.

Conforme explicou o presidente do BC, não haveria mais tempo para acertar a renovação do acordo em bases contratuais. Para isso, seria necessário que o comitê assessor da dívida externa colhesse a assinatura de banco por banco, cujos créditos, somados, representassem pelo menos 95% do total de cerca de US\$ 15 bilhões dos projetos "C" e "D". Esse é um processo sempre demorado — existem mais de 180 bancos envolvidos e a relutância de alguns poderia, no final, pôr tudo a perder.

Gros esclareceu que a disposição do governo brasileiro, quando se sentou com alguns banqueiros, em

Miami, era pedir uma prorrogação sem prazo definido, até que a renegociação da dívida fosse retomada. Mas alguns problemas de ordem operacional indicaram a conveniência de haver algum prazo no horizonte — "os advogados entenderam assim, pois havia certas condições, como, por exemplo, as taxas que se pagam sobre a abertura de crédito, que mais bem melhor operacionalizadas com um prazo definido" — e o período específico de dois meses, segundo ele, surgiu como aquele que "fazia sentido para todos".

O presidente do BC, por outro lado, não quis comentar a intenção dos bancos no sentido de que o Brasil fizesse algum pagamento, mesmo que simbólico, dos juros retidos desde o dia 20 de fevereiro: "Pagaremos os juros sempre que pudermos", limitou-se ele a dizer.